JOHN DEERE | HITACHI

Deere-Hitachi Máquinas de Construção do Brasil S.A.

(COMPANHIA EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

CNPJ nº 03.982.513/0001-33

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Fluxo de Caixa, as Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, bem como o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

Indaiatuba, 01 de março de 2012

Adilson Ulrico Butzke - Presidente
Emílio Sabeta - Diretor
Rodrigo Bueno de Souza - Gerente de Controladoria

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.824	–
Créditos com pessoas ligadas	13	24	–
Total do ativo circulante		10.848	–
Não circulante			
Créditos com pessoas ligadas	13	–	27
Cauções	7	75	–
Imobilizado	8	3.489	5
Total do ativo não circulante		3.564	32
Total do ativo		**14.412**	**32**

Passivo	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
Circulante			
Fornecedores	9	811	–
Impostos, taxas e contribuições		84	–
Provisão para férias e encargos		14	–
Débitos com pessoas ligadas	13	783	–
Provisão para contas a pagar	9	188	–
Total do passivo circulante		1.880	–
Patrimônio líquido			
Capital social	10	14.025	1.888
Prejuízos acumulados		(1.493)	(1.856)
Total do patrimônio líquido		12.532	32
Total do passivo e patrimônio líquido		**14.412**	**32**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R$, exceto o resultado básico por ação)

	Nota explicativa	31/12/2011	31/12/2010
Despesas gerais e administrativas			
Despesas gerais e administrativas	14	(1.418)	(2)
Impostos e taxas		(56)	–
Outras despesas operacionais		(4)	–
Prejuízo antes do resultado financeiro		(1.478)	(2)
Resultado financeiro líquido		(22)	–
Prejuízo líquido do exercício		(1.500)	(2)
Prejuízo básico por ação - R$		(0,106951)	(0,001059)

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada pelo fato de não existirem itens que seriam incluídos em tal demonstração com relação aos exercícios apresentados.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R$)

	31/12/2011	31/12/2010
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(1.500)	(2)
Ajustes em:		
Depreciações e amortizações	–	2
Alienação de ativo imobilizado	4	–
Variações cambiais líquidas não realizadas	21	–
Variações de ativos e passivos		
Créditos com pessoas ligadas	3	–
Cauções	(75)	–
Fornecedores	108	–
Impostos, taxas e contribuições	84	–
Provisão para férias e encargos	14	–
Débitos com pessoas ligadas	783	–
Provisão para contas a pagar	188	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(370)	–
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.806)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.806)	–
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	14.000	–
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	14.000	–
Variações em Caixa e Equivalentes de Caixa	10.824	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.824	–
Variação em Caixa e Equivalentes de Caixa	10.824	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2009 (não auditado)	1.888	(1.854)	34
Prejuízo líquido do exercício	–	(2)	(2)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	1.888	(1.856)	32
Prejuízo líquido do exercício	–	(1.500)	(1.500)
Aumento de capital	14.000	–	14.000
Redução de capital com absorção de prejuízos	(1.863)	1.863	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	14.025	(1.493)	12.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Deere-Hitachi Máquinas de Construção do Brasil S.A. ("Companhia") foi constituída em 9 de agosto de 2000 como Sociedade Limitada e, em 29 de setembro de 2011, foi convertida em Sociedade Anônima, com sede na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, à rua Argentina, nº 13, quadra B-1, lote 14, Jardim América. De acordo com o seu estatuto social, a Companhia tem por objeto social: (a) a importação, a fabricação e a montagem de escavadeiras, seus componentes e peças, tais como aquelas projetadas e fabricadas nos Estados Unidos da América ou comercializadas pela Deere-Hitachi Construction Machinery Corporation; e (b) a comercialização, exclusivamente no Brasil e em outros países das Américas Central e do Sul, de escavadeiras e peças de reparo produzidas, montadas ou compradas pela Companhia. A Companhia foi constituída sob a forma de "joint venture", tendo seu controle compartilhado entre a John-Deere Brasil Ltda., sociedade brasileira constituída por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Cidade de Horizontina, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Engenheiro Jorge Antônio Dahne Logemann, nº 600, Bairro Industrial e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 89.674.82/0001-58 e a Hitachi Construction Machinery Co. Ltd., sociedade constituída de acordo com as leis do Japão, com sede na Cidade de Tóquio, 5-1, Koraku 2-chome, Bunkyo-ku 112-8563, Japão, inscrita no CNPJ sob o nº 14.486.221/0001-26. Por encontrar-se em fase pré-operacional, a Companhia não possui histórico operacional aqui no Brasil, ou de negócios que possam fornecer uma base para avaliação de suas perspectivas futuras, sendo dependente do suporte financeiro contínuo de seus acionistas de forma a permitir a conclusão de seu plano de investimentos e início das operações, além da identificação de oportunidades no setor que possam promover o retorno financeiro esperado. A Companhia encontra-se devidamente instalada em seu escritório administrativo temporário na cidade de Indaiatuba - SP até o término da construção da fábrica na mesma cidade. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM (BR GAAP). O CPC 22 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade e que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("chief operating decision maker"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A definição de segmentos depende do início efetivo das operações. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem depósitos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata (vencimentos originais inferiores a 90 dias) e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **c) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias mencionadas a seguir conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **Ativos financeiros: •** Créditos a receber de partes relacionadas - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo e que não tenham sido, em seu reconhecimento inicial, designados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, nem disponíveis para venda. Ativos classificados nessa categoria são mensurados pelo custo amortizado. **Passivos financeiros: •** Fornecedores - são os passivos financeiros resultantes de atividades de financiamento da operação. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. **Instrumentos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os instrumentos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado com base na cotação dos mesmos instrumentos financeiros observados em mercado. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido através de mercados ativos, este é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. **d) Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. Os gastos incorridos com renovação e melhorias que representam um aumento da vida útil dos bens são capitalizados. Os ativos que ainda não estão prontos para operação são registrados como imobilizações em andamento. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos somente irá se iniciar quando eles estiverem prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. **e) Outros ativos circulantes:** São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. **f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** É reconhecida uma perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por redução do valor recuperável de ativos não financeiros são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, não foram identificados quaisquer indicativos de perda por redução do valor recuperável. **g) Passivos circulantes:** São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **h) Provisões para riscos:** As provisões para riscos são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando-se da taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. **i) Moeda funcional:** A moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. **j) Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia é tributada com base no lucro real. Nesse método de tributação, o lucro tributável é apurado a partir do lucro contábil obtido na demonstração do resultado do exercício ajustado pelas adições e exclusões aplicáveis de acordo com a legislação vigente. Os impostos que se encontram dentro do escopo do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12 - *Income Tax*), são o imposto de renda (Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ) e a contribuição social (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL). Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro tributável. Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei nº 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei nº 6.404/76 antes das alterações da Lei nº 11.638/07. **4. Estimativas e Premissas Contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de certas premissas e estimativas contábeis e julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. **5. Adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRSs) Novas e Revisadas: a)** Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia. As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 28 (Revisada 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento. Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participação	Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado".	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção. **6. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento - Banco Bradesco	10.824	–
Total	10.824	–

Os saldos em bancos são mantidos em instituição financeira que possui classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos. **7. Cauções:** O saldo de R$75 (R$0 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a depósito efetuado para garantir a locação do imóvel onde está localizada a sede administrativa da Companhia. O valor será devolvido à Companhia no final ao período de locação. **8. Imobilizado:** Os detalhes do ativo imobilizado e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Adiantamento para aquisição de imobilizado (a)	Imobilização em andamento (b)	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Total
Taxa anual de depreciação	–	–	10%	20%	
Custo:					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	–	–	9	1	10
Adições	–	–	–	–	–
Baixas	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2010	–	–	9	1	10
Adições	2.691	782	16	–	3.489
Baixas	–	–	(9)	(1)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.691	782	16	–	3.489
Depreciação acumulada:					
Saldo em 1º de janeiro de 2010	–	–	–	(3)	(3)
Despesas de depreciação	–	–	–	(2)	(2)
Eliminado na alienação de ativos	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2010	–	–	–	(5)	(5)
Despesas de depreciação	–	–	–	–	–
Eliminado na alienação de ativos	–	–	–	5	5
Saldo em 31 de dezembro de 2011	–	–	–	–	–

O terreno onde está sendo construída a planta (em Indaiatuba) ainda está em processo de negociação de compra. **(a)** Refere-se a adiantamento concedido no total de ¥123.000 à empresa estabelecida no exterior para fins de aquisição de maquinários a serem utilizados no processo de produção de escavadeiras na planta da Companhia. Adicionalmente, foi firmado um compromisso para aquisição deste imobilizado ao término de sua fabricação, que deduzido do valor adiantado, totaliza um valor de R$8.970 em 31 de dezembro de 2011. **(b)** Refere-se a gastos iniciais no projeto de construção da planta da Companhia localizado na cidade de Indaiatuba. A Companhia assinou contrato para o projeto e obras civis da planta através de um consórcio, que gerou um compromisso no valor total de R$52.861 em 31 de dezembro de 2011, líquido do valor já registrado como imobilizado em andamento. **9. Fornecedores e Provisão para Contas a Pagar:** O saldo de R$999 (R$0 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificado como passivo circulante devido ao vencimento a curto prazo. **10. Patrimônio Líquido: a) Capital social:** Conforme a 4ª Alteração Contratual da Deere-Hitachi do Brasil Ltda. (antiga denominação da Companhia), de 29 de setembro de 2011, o capital social foi reduzido de R$1.888 para R$25, mediante absorção de prejuízos acumulados referentes a exercícios anteriores. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de outubro de 2011, foi aprovado o aumento do capital social de R$25 para R$14.025, mediante a emissão de 14.000.000 de novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R$1,00 por ação. Em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito e integralizado é de R$14.025 (R$1.888 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 14.025.141 (1.888.599 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quadro de acionistas - total de ações (em unidade)

Acionistas	31/12/2011	31/12/2010 (*)
Deere-Hitachi Construction Machinery Corporation	14.025.140	1.888.598
John Deere Brasil Participações Ltda.	1	1
Total	14.025.141	1.888.599

Quadro de movimentação de ações (em unidades)

	31/12/2011	Emissões em 2011	Cancelamentos em 2011 (**)	31/12/2010 (*)
Ações ordinárias nominativas, sem valor nominal	14.025.141	14.000.000	(1.863.458)	1.888.599

(*) Conforme nota explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia ainda estava registrada como Sociedade Limitada, portanto representado por cotas. (**) Cancelamentos em virtude da redução de capital mediante absorção de prejuízos de exercícios anteriores. **b) Reserva legal:** A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. **c) Dividendos:** Compete à Assembleia Geral: (i) declarar dividendos intermediários às contas "Lucros acumulados" ou "Reservas de lucros" existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo. **d)** A Companhia registrou o capital estrangeiro com o Banco Central do Brasil, e em 31 de dezembro de 2011 o valor registrado é de US$8.831, o que representa uma participação de 99,99%. **11. Instrumentos Financeiros: a) Considerações gerais e políticas:** A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações de recursos realizadas pela Companhia. **b) Valor justo:** Os saldos contábeis aproximam-se dos valores de mercado em razão do vencimento de curto prazo desses instrumentos. **c) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados:** Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de crédito, liquidez e taxa de câmbio. Nesse contexto, a Companhia possui ativos e passivos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras de limites de exposições a estes. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. **d) Fatores de riscos financeiros:** No atual estágio de operação, as atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de moeda). O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. **d.1) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de honrar seus compromissos, como meio de mitigar o risco de perda financeira. Os ativos expostos a risco de crédito totalizam R$2.691 (R$0 em 31 de dezembro de 2010) e são decorrentes das operações de adiantamento para aquisição de maquinários. **d.2) Riscos de liquidez:** A gestão do risco de liquidez implica manter caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar todos os compromissos assumidos pela Companhia. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às obrigações assumidas com terceiros. **d.3) Risco cambial:** Foi implantada uma política para proteger a Companhia do risco da oscilação cambial de moedas estrangeiras, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco (Política de Proteção Cambial). Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia estava exposta substancialmente ao risco de flutuação do iene e do dólar norte-americano, em virtude de adiantamentos concedidos (¥123.000) e contas a pagar a fornecedores no exterior (US$454), respectivamente. **d.3.1) Análise da sensibilidade:** A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira. Consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia ao aumento e à redução de 10% no real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do período de relatório para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui contas a pagar com partes relacionadas e adiantamentos para aquisição de mobilizado. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real valoriza em 10% em relação à moeda em questão. Para uma desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão, haveria um impacto igual e oposto no resultado e os saldos apresentados a seguir seriam negativos.

Tabela da análise de sensibilidade

	Impacto do iene		Impacto do dólar norte-americano		Efeito líquido total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Resultado	269	–	(85)	–	184	–

e) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia tem como política não efetuar aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não existiam operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto. **12. Provisão para Riscos:** Não há nenhum litígio em andamento nem nenhum risco que sejam considerados relevantes pela Administração e necessitem de provisão contábil. **13. Partes Relacionadas: a. Considerações:** As transações com partes relacionadas referem-se a transferências de natureza financeira. **b. Transações entre partes relacionadas:** Os seguintes saldos estavam em aberto no final do período

	Valores a receber de partes relacionadas		Valores a pagar a partes relacionadas	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
John Deere Brasil Ltda.	24	27	329	–
Deere-Hitachi Construction Machinery Co.	–	–	454	–
Total	24	27	783	–

c. Controlador e pessoal-chave: A Companhia tem o controle compartilhado entre a John-Deere Brasil Ltda. e a Hitachi Construction Machinery Co. Ltd., conforme mencionado na nota explicativa nº 1. A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada em Assembleia Geral considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração dos Administradores	117	–

14. Informações sobre a Natureza das Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

Despesas	31/12/2011	31/12/2010
Despesas com pessoal	635	–
Serviços profissionais	561	–
Viagens e estadas	193	–
Demais despesas gerais e administrativas	29	2
Total	1.418	2

15. Transações não Envolvendo Caixa: Durante o exercício de 2011, a Companhia realizou atividades de investimento não envolvendo caixa no total de R$683, as quais estão classificadas na conta "Imobilização em andamento" em contrapartida a conta de "Fornecedores". Portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa. **16. Eventos Subsequentes: a) Capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de janeiro de 2012, foi aprovado o aumento de capital de R$14.025 para R$92.500, com um aumento efetivo, portanto, de R$78.475, mediante a emissão de 78.474.859 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$1,00 por ação. **b) Efeitos dos eventos subsequentes nas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia declara que o efeito financeiro decorrente do evento subsequente informado anteriormente será de aumento em caixa e equivalentes de caixa em contrapartida à conta "Capital social", estando a Companhia capitalizada para iniciar o desenvolvimento do negócio dentro do seu objeto social. **17. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 13 de fevereiro de 2012.

Diretoria

Adilson Ulrico Butzke
Presidente

Emílio Sabeta
Diretor

Rodrigo Bueno de Souza
Gerente de Controladoria

Alessandro de Oliveira Leme
Contador - CRC 1SP236426/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Deere-Hitachi Máquinas de Construção do Brasil S.A. -** Indaiatuba - SP - Examinamos as demonstrações financeiras da Deere-Hitachi Máquinas de Construção do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deere-Hitachi Máquinas de Construção do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase por outros assuntos específicos:** As demonstrações financeiras referidas anteriormente foram preparadas com base no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Conforme descrito na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional de implantação do projeto de construção de sua planta fabril para a importação, a fabricação e a montagem de escavadeiras. O sucesso na consecução de seu projeto depende de eventos futuros, tais como obter os recursos necessários em sua fase de implantação e operar de forma rentável e em volume suficiente para atender aos níveis de produção planejados para o projeto.

São Paulo, 1 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vagner Ricardo Alves
Contador
CRC nº 1 SP 215739/O-9

Deloitte.